Assembleia da República
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 277936
Classificação
05/03/02/__/__/
Data
08/09/23

PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
24/9/2008
O Secretário da Mesa

[ ] REQUERIMENTO Número _____/x (___ª)

[X] PERGUNTA Número 56/x (4ª)

Assunto: **O encerramento da fábrica Sarotos / S. Vitor / Braga, culmina um longo período de agonia da metalurgia no distrito de Braga**

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

Por determinação de SEXPAR, a Sra. Secretária da Mesa
23.9.08

*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

i) O encerramento da fábrica centenária (108 anos) Sarotos, com a declaração de insolvência em 31 de Julho, culmina um longo período de agonia do sector metalúrgico no distrito de Braga. São muitas as empresas emblemáticas que, nos últimos anos, foram encerradas, como é o caso da Metais Cruz e Franqueira. Só no último ano (2007), segundo cálculos do Sindicato dos Metalúrgicos, cerca de uma dezena de empresas (entre outras, Serralharia Bernardino, Metalominho, Floságua e Ranhoa) representando 400 postos de trabalho. E muitas outras têm processos em tribunal.

Esta situação é a consequência da política de direita e do seu conteúdo neoliberal, privilegiando os interesses financeiros e deixando a um mercado desregulamentado, liberalizado e desprotegido, a resolução destes problemas, ou seja, fundamentalmente pela ausência do Estado, através do Governo, não na salvação das empresas falidas, mas na tomada de orientações e medidas que permitam a reorganização e reestruturação de tecidos económicos, salvaguardando sectores produtivos e postos de trabalho.

E, reflectindo sobre os problemas do sector metalúrgico, sem quaisquer dúvidas sobre a existência de problemas decorrentes dos erros, deficiências e até fraudes e outras ilicitudes das gestões de titulares de algumas empresas, julgo que será de considerar na responsabilidade das

políticas, como causa directa e próxima (não única) da crise no sector metalúrgico:

- Uma política de crédito e investimento completamente determinada pelos interesses do sector financeiro;
- Uma política de energia cara, decorrente da privatização e liberalização do sector energético português;
- Uma política de ferro/aço que abandonou o estratégico sector siderúrgico nacional (enquanto outros países da UE o desenvolviam), com a liquidação da Siderurgia Nacional;
- Uma política de especulação imobiliária, onde algumas autarquias assumem um papel central, causa directa do facto de muitas fábricas se localizarem em áreas urbanas e suburbanas.

Os resultados aí estão, e não apenas no distrito de Braga.

ii) O caso da Sarotos (mais 70 trabalhadores desempregados) é exemplar. Em «crise» há muitos anos, foi sobrevivendo inclusive através de aproveitamento dos programas de reestruturação «Mateus» e «Catroga». Num equilíbrio económico-financeiro certamente difícil, foi assegurando os seus compromissos para com os trabalhadores até 31 de Julho passado. Mas o seu encerramento resulta claramente da insensibilidade do Governo, e em particular do Ministério das Finanças e do Ministério da Economia e Inovação, como foi denunciado pelas organizações de trabalhadores, Comissão de Trabalhadores e Sindicato.

Porque sendo inteiramente adequado que o Estado procure recuperar e ressarcir-se das dívidas da empresa para com o fisco e a segurança social, **tal deveria ser enquadrado numa consideração integrada e global** sobre o significado de operações como a cativação das contas dos clientes, em Dezembro de 2007 e a cativação das contas das empresas, em 19 de Junho. Ora tal não foi feito. Os departamentos governamentais agiram e decidiram «administrativamente» onde se exigia uma cuidada intervenção política, económica e financeira. Na base da decisão última da Autoridade Fiscal estará uma dívida de 1994. Porque esperaram 14 anos?

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Economia e Inovação** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1. Que esforços e medidas foram tomados pelo Governo, ao nível dos seus diversos departamentos, no sentido da «salvação» da empresa Sarotos? Que acompanhamento em particular foi feito pelo Ministério da Economia e Inovação?

2. Solicitava um balanço dos créditos e débitos da empresa face ao Estado. Que justificou as decisões tomadas pela Administração Fiscal de cativação das contas da empresa? Porque não foi recebida a Comissão de Trabalhadores da Sarotos pelo Ministério das Finanças, conforme o seu pedido?

3. Como vão ser garantidos os direitos dos trabalhadores, cujos créditos atingem 1 milhão e 800 mil euros?

4. Vai o Governo tomar algumas medidas específicas relativamente ao sector metalúrgico, nomeadamente ao nível do problema do abastecimento de matérias-primas e energia?

Palácio de S. Bento, 23 de Setembro de 2008

**Deputado**

**Agostinho Lopes**